



HISTÓRIA E FICÇÃO: NOTAS PARA UMA ABORDAGEM NÃO-DICOTÔMICA

Luiz Arnaut*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Renata Moreira**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E se, momentaneamente, por uma alteração não-programada da lógica que rege nossas relações, suspendêssemos as referências e você, leitor, já não pudesse contar com um sistema de enunciação para dar a certa *história* o estatuto de real ou ficcional? E se, entremeadado a essa suspensão, você lesse:

[...] Em uma freguezia do município de Vassouras, apresentaram-se ao vigário para casar trez casaes de libertos.

O sacerdote collocou-os em linha e casou-os todos ao mesmo tempo. Depois da finda a cerimônia, os recém casados reconheceram que o vigário havia errado, trocando dous daquelles pares; voltaram á igreja para o sacerdote concertar o erro, porem este respondeo que o que estava feito estava feito e não havia mais meio de reparar o engano.

Sahiram elles descontentes e ao chegarem em uma venda proxima á freguezia, desmancharam a diferença e cada um levou comsigo a mulher que desejava, ficando assim adulterinos.

Que estatuto você atribuiria ao recém-narrado?

Um dos problemas que sempre reaparecem na discussão fronteiraça acerca dos discursos ficcionais e/ou históricos consiste em delimitar até que ponto uma *dicção* se interpõe, adentra e se imbrica no *modus operandi* da outra e, por outro lado, quais suas diferenças cabais. Em palavras diversas: o que diferencia e o que aproxima essas duas práticas ou – como quer Luiz Costa Lima – formações discursivas?¹

Sabemos que a relação “história e ficção”, dada a polissemia dos dois vocábulos, pode ser pensada em diferentes vertentes. O termo “história”, em certa acepção, é visto como equivalente a real, o que colocaria a articulação entre os termos do binômio na chave da real

* Professor do Departamento de História da UFMG. Doutorando em História e Culturas Políticas (UFMG). Coordenador do Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem.

** Mestre em Letras (UFC). Doutoranda em Estudos Literários (UFMG) e bolsista do CNPq. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem.

¹ LIMA, Luiz Costa. Perguntar-se pela escrita da história. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 3295, jul./dez. 2006.



versus ficção. Discussão cara à teoria literária, remete-nos à fortuna crítica da mimesis, que remonta a Platão e Aristóteles e segue seu caminho até chegar, sem consenso, aos nossos dias: vide, por exemplo, o longo trabalho de levantamento do estado da arte feito por Antoine Compagnon – finalizado de maneira um tanto circular.²

Se História é o real, então o excerto citado é o real? É, pelo menos, real? Se não, é ficção?

Tal abordagem tem como problema conceituar o que seria o real, já que discussões contemporâneas questionam o estatuto de um suposto real e a possibilidade de seu conhecimento (acerca dessa questão, imediatamente lembramo-nos das contribuições de Michel Foucault, Paul Ricouer, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau). Isso nos conduz a outra possibilidade de problematizar o binômio.

O termo “história” comporta diferentes acepções: processo, disciplina e escrita. O conjunto dos acontecimentos do passado, que é o processo histórico propriamente dito, de um lado e, de outro, a disciplina “História”, que é o conjunto de procedimentos metodológicos que pretende tornar possível o conhecimento deste passado. Além destes, o conjunto de textos produzidos sobre o *processo* dentro da *disciplina*. Nas palavras de Costa Lima,

[...] enquanto disciplina autônoma, a escrita da história não se confunde com a história. Em si mesma, como fenômeno natural e espontâneo, a história concerne ao que sucede no mundo. Enquanto tal, ela é a face concreta, múltipla e contraditória da existência humana. A escrita da história não simplesmente se recorta sobre ela, como se fosse uma catalogação ordenadora.³

Na primeira acepção, a ligação entre história e ficção pode ser entendida como a de uma relação constitutiva. De um lado, temos a noção de que a prática ficcional é um fenômeno histórico. Assim, a idéia de inventar uma representação do mundo que não ficasse presa e tolhida pelos acontecimentos que supostamente teriam ocorrido de fato, de permitir que a imaginação desenhasse outro mundo além daquele da experiência sensível, corresponde a uma das criações da humanidade ao longo da história.

Dessa forma, se tomamos o excerto citado anteriormente como ficção, ele é parte do processo histórico: em determinado momento, foi escrito por alguém, com objetivos afins aos propósitos de um ficcionista e tal prática se inscreveu na história.

² COMPAGNON, Antoine. O mundo. In: _____. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 97-138.

³ LIMA, Luiz Costa. Perguntar-se pela escrita da história. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 406, jul./dez. 2006.



Na acepção de História como disciplina, essa relação tem uma longa trajetória. Inicialmente, a História que se propunha científica ou objetiva rejeitava as fontes em que identificava forte dose de subjetividade. A História se fazia com documentos *oficiais* e *escritos*. Nesse entendimento, a ficção foi explicitamente rejeitada como útil ao conhecimento histórico já que, por definição, era delimitada pela subjetividade e não se propunha a tratar do que realmente teria ocorrido. Ainda segundo Costa Lima, “[...] o destaque negativo da imaginação terá uma consequência historicamente de peso: a hostilidade dos pensadores quanto à estória inventada”.⁴ Entendida como imaginação, as obras de ficção foram tidas como de pouca valia para o entendimento de uma disciplina que se propunha a mostrar “aquilo que realmente aconteceu” (na famosa proposição de Ranke). A relação entre ficção e História, nesse entendimento, seria de oposição.

Ao longo do século XX, a idéia de fontes históricas e de *real* foi posta em questão e ampliada por diferentes tradições intelectuais. A noção de fontes foi expandida para além do documento oficial e do escrito.⁵ No limite, essa ampliação levou ao questionamento da objetividade que se supunha constitutiva desses documentos e também à substituição pela noção de monumento.⁶ A dimensão propriamente textual (ou seja, o trato da forma, as intenções de fundo retórico) e o elemento subjetivo passaram a ser tidos como constitutivos de toda e qualquer fonte.

Dessa maneira, se o relato inicialmente transcrito não for entendido como ficção, ele é um vestígio da história crua,⁷ um índice de algo que realmente teria ocorrido, uma fonte em potencial, o que não eliminaria sua flagrante subjetividade.

Paralelamente a essa ampliação, assistimos também a incorporação na ciência histórica de *Novos Objetos, Novos Problemas e Novas Abordagens*, que trouxe o trato de novas fontes: orais, arqueológicas, imagens, cinema, literatura, etc. A história deixou de ficar restrita ao *acontecimento*, passando a se importar com práticas e micro-relações diversas, como crenças, equívocos, expectativas no âmbito do mundo social.

⁴ LIMA, Luiz Costa. Perguntar-se pela escrita da história. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 407, jul./dez. 2006.

⁵ Sobre a expansão da noção de fontes históricas e seu uso, Cf. KI-ZERBO, Joseph. (Coord.). **História Geral da África** – metodologia e pré-história da África. Tradução de B. Turquetti et al. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, 1982.

⁶ Cf. LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão; et al. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.

⁷ LIMA, 2006, op. cit., p. 407.



Fontes não-usuais trouxeram a necessidade de dominar novas linguagens como condição de seu uso e interpretação. Desse duplo processo, resultou o abandono dos pressupostos que rejeitavam a ficção como fonte histórica. As fontes sempre trazem enorme carga de subjetividade e intencionalidade e sua interpretação é inseparável do domínio da linguagem que forma/informa e de suas condições de enunciação. Assim, devem ser inquiridas também por aquilo que implicitamente expressam e não só pelo que explicitamente declaram.⁸

Que graus ou níveis de subjetividade encontraríamos no excerto, se fosse usado como fonte histórica? A subjetividade está no corpo do texto, em seu modo de enunciação, no estatuto que o leitor confere ao enunciador/enunciado?

O próprio estatuto ou noção de *real* que orientava as ciências humanas foi posto em questão. À certeza de um *real* objetivo e acessível a um sujeito cognoscente cartesiano e imparcial foram contrapostas outras noções. Nessa via de raciocínio, entendemos que a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo pode ser substituída por uma idéia do mundo social como sendo relacional.⁹ Assim, o *real* não é mais tratado como constituído só de coisas “objetivas”, mas dessas e das representações sobre as mesmas.¹⁰ A noção de representação adquire novo significado. Mais do que a possibilidade e seus limites de *representar o real*, pode ser percebida como constitutiva desse real. Nesse entendimento, o real não seria somente aquilo que a análise recolhe, mas o que ela produz, como pensa Michel de Certeau:

A situação da historiografia faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto é *o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada) e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido). De um lado o real é o *resultado* da análise e, de outro, é o seu *postulado*. Estas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas

⁸ A esse respeito, cf. o capítulo “História”, de Jacques Le Goff, incluído no livro *História e Memória* (LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão; et al. 5 ed. Campinas: Unicamp, 2003.) Ver também BURKE, P. História social da linguagem. In: _____. **A arte da conversação**. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: UNESP, 1995; e VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2005.

⁹ BOURDIEU, Pierre. Introdução à Sociologia Reflexiva. In: _____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 27-28.

¹⁰ Essa idéia é largamente tratada por Bourdieu. Pode ser verificada, especialmente, nos seguintes livros: *O poder simbólico*, (Ibid., p. 120-139), e *A economia das trocas lingüísticas*, (BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sérgio Miceli; et al. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 112-114)



nem reduzidas uma a outra. A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação. Ela tem como objeto próprio desenvolvê-la em um discurso.¹¹

Ora, no limite, os discursos ficcionais também contribuem para produzir o entendimento de um suposto *real*. Se a ficção pudesse ser contraposta a um mundo objetivo, ainda assim não poderíamos desconsiderar os “efeitos de *real*” (ainda nas palavras de Certeau¹²) decorrentes da escritura, ficcional ou não. Como lembra Pierre Bourdieu, não podemos esquecer de “[...] incluir no real a representação do real, ou melhor, a luta entre representações”,¹³ condição fundamental para “[...] apreender a lógica específica do mundo social, esta ‘realidade’ que é o lugar de luta permanente para *definir* a ‘realidade’”.¹⁴

Dessa maneira, o excerto formula certas representações que atingem e moldam nossa leitura do mundo: estão em embate instituições (casamento, igreja), personagens do concerto social (padre, libertos) e uma expectativa acerca de uma finalização do “evento”, que termina de maneira um tanto jocosa.

Outra relação é ainda passível de consideração, ao percebemos também a polissemia do termo “ficção”. Basicamente, os significados vernaculares de “ficção” agrupam-se no seguinte campo semântico: fingimento; invenção; fabulação; imaginação. Costumeiramente, é o termo usado para designar narrativas imaginárias ou que se opõem (no cinema, por exemplo) à noção de documentário. Entretanto, até que ponto um texto não é sempre *invenção*, posto que não é o vivido? Nessa linha de raciocínio, há um sentido mais apurado do termo que o coloca como decorrente imprescindível do uso da linguagem (não necessariamente escrita): toda e qualquer produção humana que engendra alguma representação do real, sem nele interferir materialmente. Todavia, poderia ser objetado que nada é produzido na realidade, de forma a representá-la, sem que, de alguma maneira, interfira nessa mesma realidade. Como vínhamos falando, pelos argumentos apresentados, todo discurso seria ficcionalizante. Nas palavras de Roland Barthes: “toda linguagem possui

¹¹ CERTEAU, Michel de. Fazer História. In: _____. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 45.

¹² Interessante perceber a diferença no uso da expressão “efeito de real” por Roland Barthes e Michel de Certeau. Este último cita Barthes ao se apropriar do conceito e ressignificá-lo, deslocando-o do contexto da literatura realista, para o qual foi formulado, e inserindo-o em nova cena, para pensar a própria escrita da história.

¹³ BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli; et al. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 108.

¹⁴ *Ibid.*, p. 112.



um índice que a impele à ficção”, dada a dificuldade, para citar o mesmo Barthes, de fazer coincidir um mundo pluridimensional a uma linguagem unidimensional.¹⁵

Nessa via de raciocínio, ainda que se tenha em conta que a linguagem do fazer histórico é transitiva, nada denega a possibilidade da carga imaginativa que pode conter tal relato. Entramos, portanto, no terreno da ficção. Ficção como fabulação e como índice de linguagem: ambas podem reinar nos fazeres da História. Como resultado do uso da língua seria sempre ficcionalizante, visto que é produto de uma maquinação languageira. Como fabulação, ganha seu lugar pelo preenchimento dos “claros” deixados pelas fontes, na montagem do *puzzle* histórico.

É, portanto, tentativa de representação. Quer representar não só o vivido, como o pensado e mesmo o pensável. Esse real a que se apega, contudo, não é materialmente tangível, posto que é relacional. Chegamos, por fim, ao compromisso com o referente, quesito que talvez seja o definidor dessa prática. O discurso histórico, ainda que imaginativo e ficcionalizante, não cria a partir de uma fabulação apenas, mas de fontes. Tais fontes não seriam provas incontestes, mas signos à espera de leitores, índices de um passado que resiste a interpretações, por conter diversas possibilidades de leitura e desleitura – , em conseqüência, a escrita da História carrega uma capacidade de velar e desvelar. As fontes não apontam exatamente para *o* real, mas para *um* real, que não é *a* verdade, já que o referente também é cultural, perspectivado, materializado em forma de linguagem, mesmo que não verbal. Se está em forma de linguagem mostra-se como uma via ou tentativa de comunicação, uma emissão de algum lugar, ainda que não planejada, à espera de sua recepção. Mas a linguagem humana é fugidia e irônica: sabe mentir e revelar, omitir e expor. Em suma, criar mundos possíveis para seu leitor. Algo próximo ao que conhecemos por ficção.

A ficção pode ser absoluta? Isto é, há algum texto ficcional que prescindir de referências ao suposto real? Sempre é possível encontrarmos um quê de não ficcional mesmo nas ficções mais incontestes, como *Star Trek*, *O Retorno de Jedi*, *Senhor dos Anéis*, *Metamorfose*, *Iracema* e outras.

Ainda que consideremos a ficção como o não-*real*, como seu antípoda, ela não deixa de se permitir, mesmo que acessório ou acidental, um diálogo, uma requalificação ou mesmo uma mudança na forma como este *real* nos é apresentado ou percebido. A ficção potencialmente permite um estranhamento do mundo como fomos socializados a pensar e aceitar como natural, como dado. No limite, uma fabulação pode alterar os modos de estar no

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 22.



mundo não *apesar*, mas *por causa de* seu distanciamento com o real. Uma fabulação, ao tratar do que não é e do que não existe, potencialmente desnaturaliza um mundo social¹⁶ que nos aparece como dado e desenha possíveis, preteridos em nome do realismo.

Se o real é relacional, se os princípios de di-visão são também constitutivos do mundo social e assim fazem parte da “realidade”, a questão é: por que negar às narrativas fantasiosas o estatuto de constitutivas deste mundo social?

Se o mundo social é constituído de coisas, pessoas e práticas e suas propriedades “objetivas” e as ideias/representações socialmente aceitas sobre estas mesmas coisas, por que não incluir aí as “mirabolantes” idéias da ficção? A ficção não agrega sentido ao já existente? Termos como Balzaquiana, Frankenstein, Iracema (que virou nome de gente, de lugar e lenda de fundação) nos levam a responder afirmativamente.

Voltando ao excerto, como pensá-lo ou tratá-lo? Ficção ou história? Seria diferente se disséssemos: “Três casais de ex-escravos, ao constatarem o equívoco do padre que os havia casado, optaram por desconsiderar o matrimônio religioso e viverem como adúlteros aos olhos da igreja”? E se fossem apenas “negros”, ou “camponeses”, “aristocratas”? E se o termo “casais” não fosse adjetivado? O “fato” ou referente seria percebido da mesma forma, depois da mudança? Ainda, a forma do relato, a linguagem, a enunciação seriam desprezíveis?

Se disséssemos que o trecho citado no início foi retirado de um jornal? E que este jornal era O movimento, editado por João Pinheiro? Que foi publicado em 1889, na seção de Notícias? Ainda mais se incluirmos um trecho omitido que dizia: “Notícia o Vassourense...”. Teríamos então o relato de um relato. Isto mudaria sua compreensão? Saberíamos, então, que o texto existiu, o que o torna histórico, em certo sentido, mas isto o tornaria útil ou proveitoso para a análise histórica? Não, se nos interessasse o acesso direto ao fato que ele comenta. Sim, se o que buscássemos, por exemplo, fossem as representações dos lugares atribuídos aos negros após-abolição, o que nos levaria a perceber toda uma gama de relações que a linguagem engendra.

Creemos, portanto, que pensar a relação “ficção x história” supõe entender a pluralidade dos conceitos que emergem dessas práticas, deslocando a idéia de oposição,

¹⁶ Acerca da desativação de objetos pré-construídos, cf. o capítulo Introdução à Sociologia Reflexiva, especialmente o tópico “Uma dúvida radical”, de Pierre Bourdieu (Introdução à Sociologia Reflexiva. In: _____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 34-44).



infrutífera, e entendendo-a como uma multifacetada cena em que atuam sentidos imbricados, fugidios e, de certa forma, complementares.